

**DIÁLOGOS  
NACIONAIS  
PARA O  
DESENVOLVIMENTO**



**IBGE**  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



| SEGUNDO DIÁLOGO |

# Nova matriz para o desenvolvimento humano no Brasil

São Paulo (SP), setembro de 2025

**CADERNO DE REFERÊNCIA**

---

SEGUNDO DIÁLOGO

**NOVA MATRIZ PARA O DESENVOLVIMENTO  
HUMANO NO BRASIL**

---

CADERNO DE REFERÊNCIA

**1** Contexto

**2** Notas conceituais

Estratégia Brasileira 2050

Ministério do Planejamento e Orçamento

Plano de Transformação Ecológica

Ministério da Fazenda

Relatório de Desenvolvimento Humano 2019

Programa das Nações Unidas para  
o Desenvolvimento (PNUD)

Relatório *World of Debt*

ONU Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

**3** Programação

**4** Participantes

# CONTEXTO



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional BRA/23/023 – ***O Brasil na Terceira Década do Século XXI: A Disseminação dos Resultados do 13º Censo Demográfico do País***, promovem a série ***Diálogos Nacionais para o Desenvolvimento***.

A iniciativa tem como intuito a construção de espaços de debates técnicos sobre temas-chave para fomentar o desenvolvimento humano. Nesse sentido, a segunda edição da série tem como título ***Nova Matriz para o Desenvolvimento Humano no Brasil*** e propõe debater questões centrais para o impulsionamento da trajetória do desenvolvimento humano no país diante dos desafios globais, regionais e nacionais que influenciam esse processo.

Para embasar as discussões foram selecionados como referência documentos nacionais e internacionais. No plano nacional, a ***Estratégia Brasileira 2050***, elaborada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, e o ***Plano de Transformação Ecológica***, do Ministério da Fazenda. Ambos objetivam discutir caminhos que possibilitem um maior desenvolvimento social, ambiental e econômico no país, tendo como foco

a redução das desigualdades e a superação das múltiplas pressões sistêmicas que impactam o planejamento e a implementação de políticas públicas.

Para oferecer um panorama global, serão apresentados o ***Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019***, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e os resultados da ***4ª Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento***, com destaque para o relatório ***World of Debt***, produzido pela ONU Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

O ***Relatório de 2019*** mantém-se mais atual do que nunca ao debater as desigualdades que persistem na trajetória do desenvolvimento humano e que exacerbam distâncias entre aqueles que atingiram patamares mais altos de desenvolvimento e aqueles que ainda não os alcançaram. Por sua vez, o relatório da UNCTAD complementa o conjunto de referências ao refletir sobre os caminhos viáveis para possibilitar o financiamento do crescimento e do desenvolvimento sustentável em um ambiente caracterizado por múltiplas incertezas e com países com dívidas que comprometem cada vez mais sua capacidade de investimento.

Diante disso, para refletir sobre os problemas estruturais, a conjuntura atual e o cenário futuro

que delineiam a atuação do Brasil em termos de desenvolvimento, o Segundo Diálogo terá a presença de pessoas que são referência e atuam nessa área, contando, entre outros especialistas, com representantes do governo e de instituições da sociedade civil.

O evento ocorrerá a partir de painéis de discussão e terá seu registro realizado por meio de gravação em vídeo e de relatoria. Além disso, haverá um espaço para gravação de vídeos curtos, nos quais os participantes serão convidados a dar seu depoimento sobre os desafios e oportunidades para o desenvolvimento no Brasil.

# NOTAS CONCEITUAIS



BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). 2025. **Estratégia Brasil 2050. Megatendências mundiais e incertezas para o Brasil 2050.** Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/estrategia-2050-conteudo/noticias/eb2050-megatendencias-mundiais-e-incertezas-para-o-brasil-2050-v-abr.pdf>

A ***Estratégia Brasileira 2050: Megatendências mundiais e incertezas para o Brasil 2050***, elaborada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, discorre sobre as principais tendências e desafios econômicos, sociais, políticos e ambientais que o Brasil e o mundo enfrentarão nas próximas décadas. O objetivo do documento é refletir sobre o futuro e elaborar as principais estratégias de desenvolvimento econômico e social sustentável frente às incertezas e possibilidades que os próximos 25 anos reservam, permitindo, assim, a edificação de um referencial de longo prazo capaz de orientar o desenvolvimento nacional até 2050.

A incerteza com relação ao futuro é o principal empecilho na elaboração de Planos Nacionais de Desenvolvimento. A impossibilidade de se prever com precisão o que ocorrerá muitas vezes imobiliza agentes econômicos e sociais, públicos e privados e inibe a formulação de políticas e ações de médio e longo prazos que levariam o país a um novo patamar de desenvolvimento. A falta de con-

fiança e certeza com relação ao futuro foi e é tema de intenso debate econômico e político<sup>1</sup>, visto que versa sobre as expectativas dos mais diversos setores acerca do comportamento das variáveis econômicas, sociais, políticas e ambientais nos anos vindouros, influenciando em larga medida as decisões de investimento, o crescimento do PIB e a geração de empregos.

Uma das formas de se combater o relativo desconhecimento em relação ao futuro é refletir publicamente sobre as principais incertezas e possibilidades quanto ao porvir e engajar a participação da sociedade neste debate, para que convenções e ações sejam tomadas conjuntamente possibilitando, como afirma o documento, que “planos de longo prazo construídos de forma participativa sejam capazes de mobilizar pessoas, instituições e recursos em uma mesma direção”. Constituem referenciais para formular políticas públicas, planos governamentais, setoriais e privados; antecipam desafios futuros e propõem soluções a serem implementadas tanto no presente quanto no médio e no longo prazos e, mais do que isso, permitem ao país navegar intencionalmente apesar das incertezas do

<sup>1</sup> A seminal obra de John Maynard Keynes, *A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*, é um dos principais referenciais teóricos e práticos deste debate.

ambiente. Neste sentido, o debate sobre o desenvolvimento futuro do Brasil, no contexto das transformações tecnológicas, ambientais e geopolíticas contemporâneas, exige a participação dos setores público, privado e da sociedade civil e deve, destacadamente, abarcar as dimensões econômicas, sociais e ambientais, levando em consideração os desdobramentos que o passado acarretou ao presente, possibilitando e legitimando, assim, o diálogo sobre o futuro<sup>2</sup>. Necessita-se reconhecer o êxito e os limites das políticas e realizações alcançadas considerando as mudanças, nas diversas dimensões, às quais o Brasil e o mundo estão submetidos.

A constatação de que a temática “desenvolvimento” deva ser tratada num horizonte de longo prazo, sob uma perspectiva macro (econômica, social e ambiental), histórica (levando em consideração o passado para entender o presente e projetar o futuro) e holística (com a participação do setor público, privado e sociedade civil), em meio às restrições de financiamento e às transformações tecnológicas, geopolíticas e ambientais, é patente na **Estratégia**

**2** De acordo com o documento, “o futuro é incerto e múltiplo. Portanto, uma estratégia de longo prazo precisa: (1) compreender bem o passado e o presente; (2) imaginar as possibilidades de futuro; (3) definir a visão de longo prazo desejada; e (4) traçar orientações de como chegar lá”.

**Brasil 2050** do Ministério do Planejamento e Orçamento<sup>3</sup>. Experiências exitosas do passado, que significaram um bloco articulado de inversões com efeitos multiplicadores multissetoriais comandados pelo setor público, mas com participação decisiva do setor privado, revelaram que fomos e, portanto, somos, capazes de integrar universidades, bancos de fomento, ministérios e afins na direção do desenvolvimento econômico e social sustentável.

A **Estratégia Brasil 2050** foi elaborada em quatro capítulos. No primeiro, foram apresentados os conceitos básicos da análise prospectiva e a jornada de construção de cenários. No segundo, debateram-se as me-

**3** “A elaboração deste documento ocorreu no período de 25 de outubro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025. Teve início com um primeiro mapeamento de megatendências mundiais e de incertezas, a partir da análise de documentos, planos e estudos de futuro identificados no Inventário de Estudos e Publicações de longo prazo, mas, também, dos resultados da Análise Situacional e Retrospectiva, elaborada em março de 2024 pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e de entrevistas com atores relevantes dos setores público e privado, ocorridas nos meses de novembro e dezembro de 2024.

Em seguida, essa lista passou por consulta *online*, análise em oficina técnica de prospectiva e avaliação de impactos cruzados, sendo refinada a cada atividade. Por fim, a descrição das Megatendências e Incertezas conta com insumos de outras etapas, entre elas os estudos temáticos e estratégicos – em suas versões intermediárias ou finais – e os resultados da pesquisa qualitativa, de modo a aproveitar ao máximo a produção de conhecimento em andamento para embasar a **Estratégia Brasil 2050**”.

gatendências mundiais. No terceiro, analisaram-se as incertezas mundiais e nacionais e, por fim, foram feitas as considerações finais e as perspectivas acerca dos próximos passos do projeto. Segue, abaixo, uma síntese dos principais pontos levantados na publicação acerca das megatendências e incertezas mundiais e nacionais.

No que tange às megatendências mundiais, foram elencadas 14 possibilidades que impactam diretamente o Brasil:

## **1. TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO**

O envelhecimento da população mundial é patente. Em 1950, 5% da população mundial tinha 65 anos ou mais. Em 2021, esse percentual atingiu 10% e, até 2050, projeções indicam que essa parcela chegará a aproximadamente 17%. Associados à queda na taxa de natalidade global, que era de 4,84 filhos por mulher em 1950, caindo em 2021 para 2,23 e podendo chegar a 1,83 até 2050, problemas relacionados aos sistemas previdenciário e de saúde e ao mercado de trabalho são uma certeza.

## **2. ACELERAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS E DA DIGITALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE**

As transformações tecnológicas em múltiplos âmbitos continuarão avançando rapidamente, ocasionando rupturas nos modelos de produção, negócios, consumo, prestação de serviços e nas relações sociais. O mercado de IA, por exemplo, poderá atingir uma receita de US\$ 1,8 trilhão até 2030, com crescimento de 37% ao ano. Isso traz inúmeros desafios e oportunidades para o Brasil e o mundo.

### **3. INTENSIFICAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DOS EVENTOS EXTREMOS**

As políticas públicas de clima adotadas no mundo até 2020 levarão a Terra a um aquecimento de 3,2°C, mais do que o dobro do limite do Acordo de Paris (2015), de 1,5°C, com desastres extraordinários, difíceis de serem previstos em sua integridade. Para manter o patamar proposto de 1,5°C, por exemplo, será preciso que o uso de carvão mineral caia 95%, o de petróleo 60% e o de gás natural 45% até 2050. Esse movimento afetará desigualmente os países, regiões e pessoas mais vulneráveis.

### **4. VALORIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

Em 2021, o setor energético foi o que mais emitiu gases de efeito estufa (GEEs), respondendo por 75,7% das emissões em todo o mundo. Esse fenômeno enseja políticas públicas que primem pela transição energética

e sustentabilidade ambiental. O Brasil, com suas vantagens comparativas na produção de energias renováveis, pode ampliar seu protagonismo mundial. O país possui uma matriz energética com 49,1% de renovabilidade e uma matriz elétrica com 85% da capacidade instalada proveniente de fontes renováveis.

## **5. MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO**

As transformações no padrão de consumo são impulsionadas por diversos fatores, como as dinâmicas demográficas, a digitalização da sociedade, a preocupação com o ambiente e com a saúde, dentre outros. A taxa de crescimento 1,5% superior das marcas sustentáveis reforça que a responsabilidade ambiental não é apenas um diferencial, mas uma vantagem competitiva que influencia nas escolhas de consumo, na esteira dos requisitos de ESG. Oportunidades na economia circular devem ser almeçadas, na busca por um crescimento econômico e social sustentável.

## **6. CONSOLIDAÇÃO DA MULTIPOLARIDADE NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL**

A expansão da economia do Leste Asiático e o contexto internacional que caminha para o multilateralismo redesenham a divisão internacional do trabalho e permitem novas possibilidades de inserção econômica e geopolítica no cenário internacional.

## **7. MANUTENÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO E DA INTERDEPENDÊNCIA DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR**

De 1972 a 2008, o comércio global cresceu 35 pontos como proporção do PIB. O investimento estrangeiro direto se multiplicou, com forte internacionalização das cadeias de valor, redução da pobreza global – sobretudo na China –, e inserção de milhões de dólares no mercado global. Isso abre uma miríade de possibilidades para o Brasil no âmbito das relações econômicas internacionais.

## **8. AUMENTO DA DEMANDA E DA COMPETIÇÃO POR RECURSOS NATURAIS**

O crescimento populacional associado ao aumento do consumo coloca em risco a preservação dos recursos naturais. Segundo o “Panorama Global de Recursos 2024”, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a extração de recursos naturais – incluindo minérios, energia e alimentos – triplicou nas últimas cinco décadas.

## **9. INTENSIFICAÇÃO DOS RISCOS GLOBAIS - CRISES E CONFLITOS DE DIVERSAS NATUREZAS**

Ao longo dos anos, tem-se observado a intensificação e a diversificação das fontes geradoras de novas crises que perpassam os campos geopolítico, econômico, social e ambiental.

## **10. ACELERAÇÃO DAS MUDANÇAS NO CONTEÚDO E NAS FORMAS DE TRABALHO E NO APRENDIZADO CONTÍNUO**

Ao longo da próxima década, estima-se que 1,1 bilhão de empregos poderão ser transformados radicalmente em função da tecnologia; cerca de 92 milhões de postos de trabalho serão descontinuados já nos próximos cinco anos (entre 2025 e 2030).

## **11. TRANSIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA E CRESCIMENTO DA DEMANDA POR SERVIÇOS DE SAÚDE**

A demanda por serviços de saúde vem crescendo globalmente, principalmente por conta do crescimento demográfico, do envelhecimento populacional e da transição epidemiológica. Entre 2000 e 2019, a parcela de mortes globais em decorrência de doenças não transmissíveis aumentou de 61% para 74%. Além disso, estima-se que a população adulta mundial que é obesa, hoje em 42%, chegue a 54% até 2035.

## **12. MANUTENÇÃO DE ELEVADOS NÍVEIS DE DESIGUALDADES SOCIAIS**

A desigualdade global continua em patamares elevados, enquanto as disparidades dentro das nações aumentaram de forma significativa desde os anos 1980. Segundo o relatório *World Inequality Report 2022*, os 10% mais ricos da população mundial detêm

76% da riqueza e 52% da renda global, enquanto metade da população mundial fica com apenas 2% da riqueza e 8,5% da renda.

### **13. EXPANSÃO E SOFISTICAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO INTEGRADO A REDES GLOBAIS**

A expansão e sofisticação do crime organizado transnacional vem se diversificando em redes descentralizadas, conectando mercados ilícitos globalmente, como o tráfico de drogas, armas, pessoas, recursos naturais e bens falsificados. A globalização e os avanços tecnológicos facilitaram a comunicação e o transporte, permitindo que organizações criminosas diversifiquem suas atividades, ampliem seu alcance e sofisticuem suas estruturas de poder. De acordo com o Índice Global de Crime Organizado 2023, elaborado pela Iniciativa Global contra a Criminalidade Transnacional Organizada (GI-TOC), 83% da população mundial vive em países com altos níveis de criminalidade, um aumento de 4% em relação a 2021. O Brasil ocupa a 22ª posição no ranking global de criminalidade, com um índice de 6,77, superior à média mundial, que é de 5,03.

### **14. AMPLIAÇÃO DA COOPERAÇÃO E DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE**

As transformações na sociedade vivenciadas neste primeiro quarto de século evidenciam

ram a crescente demanda por participação e garantia de direitos. Em muitos países, é nítido o movimento de grupos sociais pressionando seus governos por mais transparência, *accountability* e serviços públicos mais ágeis e eficazes para atender às demandas sociais.

Em relação às incertezas, foram descritas 28 incertezas – 5 globais e 23 nacionais – que podem influenciar o futuro do Brasil.

## **INCERTEZAS GLOBAIS**

### **1. COMO EVOLUIRÃO AS ONDAS DE POLARIZAÇÃO POLÍTICAS E OS CRESCENTES RISCOS ÀS DEMOCRACIAS?**

Pesquisas recentes mostram que o descontentamento com a democracia cresceu: quase 58% das pessoas estavam insatisfeitas com o modelo em 2019, enquanto em 2005 o percentual era de apenas 39%. Em 2020, pela primeira vez desde 2001, as autocracias foram a maioria: eram 92 países autocráticos, abrigando 54% da população mundial, contra 87 democracias eleitorais e liberais, onde vivem 46% da população.

### **2. O DÓLAR CONTINUARÁ SENDO A PRINCIPAL MOEDA DE REFERÊNCIA NO SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL?**

A permanência do dólar como referência no sistema financeiro no longo prazo será resul-

tado de como as economias emergentes e desenvolvidas articularão políticas e reservas para diminuir sua dependência em relação à moeda norte-americana.

### **3. COMO EVOLUIRÁ O CRESCIMENTO ECONÔMICO MUNDIAL?**

O Banco Mundial estima que a taxa de crescimento global possa cair para 2,2% ao ano até 2030, o menor nível registrado em três décadas.

### **4. COMO EVOLUIRÁ O MERCADO DE TOKENIZAÇÃO E DE CRIPTOATIVOS E SEU IMPACTO EM DIVERSOS SEGMENTOS (COMO MERCADO IMOBILIÁRIO, DE ENERGIA E DE ARTE)?**

### **5. COMO SE DARÁ A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA MUNDIAL DE BAIXO CARBONO?**

Estima-se que, para se atingir o estágio de baixo carbono até a metade do século, seria necessário um investimento de 3,5 trilhões de dólares por ano até 2030.

## **INCERTEZAS NACIONAIS**

### **1. HAVERÁ MAIOR INTEGRAÇÃO REGIONAL DO BRASIL NA AMÉRICA LATINA?**

As Rotas de Integração da América Latina devem entrar em operação até 2028, impactando 11 estados brasileiros que fazem

fronteira com países da região através de 190 projetos que incluem construção de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, infovias e linhas de transmissão de energia. Para viabilizar essa infraestrutura, o BNDES disponibilizará US\$ 10 bilhões em linhas de financiamento.

## **2. COMO EVOLUIRÁ A INSERÇÃO DO BRASIL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, NO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E NO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO MUNDIAL?**

No Índice Global de Inovação de 2022, o Brasil ficou na 54<sup>a</sup> posição entre 132 países avaliados, reforçando as limitações na capacidade de inovação brasileira.

## **3. COMO SE DARÁ A SUSTENTABILIDADE FISCAL DO ESTADO BRASILEIRO?**

O Relatório de Projeções Fiscais de dezembro de 2024, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, estima que a relação dívida bruta/PIB aumentará de 77,7% em 2024 para 81,8% até 2027. O Brasil pode caminhar para um agravamento do quadro fiscal, aumentando a pressão sobre os serviços públicos e reduzindo a confiança de investidores, o que impactaria negativamente o desenvolvimento do país.

## **4. COMO EVOLUIRÃO AS REFORMAS POLÍTICAS FRENTE ÀS DEMANDAS DA SOCIEDADE?**

## **5. COMO EVOLUIRÃO A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA?**

Entre 1981 e 2021, a produtividade total dos fatores – indicador que leva em consideração a produtividade da mão de obra e a eficiência do uso de capital – cresceu, em média, apenas 0,3% ao ano, segundo estimativas do Ipea. No Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, o Brasil figurou na 71ª posição entre 141 países, refletindo gargalos como burocracia excessiva, infraestrutura deficitária e carga tributária elevada.

## **6. COMO EVOLUIRÁ O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO?**

Projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam um crescimento do PIB de 3,3% em 2024 e 2,4% em 2025, refletindo um cenário de recuperação moderada da economia brasileira. No entanto, a sustentabilidade desse movimento dependerá de muitos fatores. Questões como produtividade, infraestrutura e competitividade ainda representam desafios para um crescimento mais robusto e consistente no longo prazo.

## **7. COMO EVOLUIRÁ O DESENVOLVIMENTO ENTRE AS REGIÕES DO BRASIL?**

As desigualdades regionais no Brasil permanecem como um desafio significativo para o desenvolvimento nacional equilibrado. En-

tre 2010 e 2019, enquanto o PIB da Região Sudeste perdeu 3,1 pontos percentuais, as regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte cresceram 1,2; 0,8; 0,7 e 0,4 pontos percentuais em suas participações no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Na década passada, os estados de maior crescimento no PIB foram Mato Grosso, Tocantins e Pará, com o *boom* das *commodities*; enquanto o Nordeste foi beneficiado com as políticas mais ativas de transferência de renda no início da década. No entanto, não está claro se esses movimentos se perpetuarão na próxima década.

## **8. COMO EVOLUIRÁ A INDEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DO BRASIL NA OFERTA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES?**

Em 2023, o setor de telecomunicações representou 49% da receita da indústria de *software* e serviços de TIC no Brasil, totalizando R\$ 172,7 bilhões. No entanto, o país ainda depende significativamente de importações de tecnologia, que somaram cerca de US\$ 8 bilhões entre 2010 e 2022, destacando a necessidade de fomentar inovações nacionais e reduzir a vulnerabilidade externa.

## **9. COMO AVANÇARÁ A QUALIDADE E O ADENSAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA NO BRASIL?**

Estudos apontam que seriam necessários, em média, R\$ 339 bilhões por ano até 2038

— o equivalente a 4,3% do PIB anual — para modernizar e expandir adequadamente a infraestrutura brasileira. Entretanto, em 2020, por exemplo, foram aplicados apenas R\$ 115,8 bilhões (ou 1,55% do PIB). Iniciativas de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões em diversos segmentos tentam alavancar recursos para a área, mas ainda enfrentam obstáculos como insegurança regulatória e dificuldades de financiamento.

#### **10. COMO EVOLUIRÃO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA AOS IMPACTOS CLIMÁTICOS?**

#### **11. EM QUE RITMO E INTENSIDADE OCORRERÁ A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL?**

Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), o Brasil pode responder por mais de 65% do aumento global de energia limpa até 2028, além de contribuir com 40% da expansão mundial de biocombustíveis.

#### **12. COMO EVOLUIRÃO A SEGURANÇA HÍDRICA E OS MÚLTIPLOS USOS DA ÁGUA NOS SETORES ECONÔMICOS E REGIÕES DO BRASIL?**

#### **13. COMO EVOLUIRÃO O DESMATAMENTO E A PROTEÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS?**

Em 2022, a área desmatada aumentou 22,3% em relação ao ano anterior, ultrapassando

dois milhões de hectares de vegetação nativa destruídos. A Amazônia e o Cerrado foram os biomas mais afetados, pressionados pelo avanço da agropecuária, grilagem de terras e exploração ilegal de madeira.

#### **14. COMO EVOLUIRÃO O ACESSO E A QUALIDADE A EDUCAÇÃO NO BRASIL?**

No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2022, a educação brasileira apresentou desempenho abaixo da média dos países da OCDE nas três disciplinas avaliadas (matemática, leitura e ciências).

#### **15. COMO AVANÇARÃO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR NO BRASIL FRENTE ÀS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO?**

Apenas 40% da taxa bruta de matrículas no ensino superior foi registrada em 2023, sendo que a meta previa uma taxa de 50%. Mais que isso: conforme dados do último Censo do Ensino Superior (MEC-Inep), dos concluintes do ensino médio em 2022, apenas 27% ingressaram na educação superior no ano seguinte. Na formação profissional, em particular nos cursos técnicos, observa-se um crescimento expressivo de matrículas, especialmente na rede pública estadual, que concentra 68,6% da oferta. A CNI chama atenção para o *déficit* de engenheiros, que chega a 75 mil profissionais, com o aumento

da demanda em áreas como engenharia de *software*, ambiental e civil.

## **16. COMO EVOLUIRÃO O EMPREGO**

### **E A RENDA DO TRABALHO NO BRASIL?**

Em 2024, a taxa de desocupação atingiu 6,1%, o menor nível em mais de uma década, refletindo uma redução de 1,4 milhão no número de desocupados em relação ao ano anterior. Apesar desse avanço, o emprego informal ainda representa 38,7% do total, o que indica desafios na ampliação da formalização do trabalho. Além disso, o rendimento real dos trabalhadores cresceu apenas 3,4% no mesmo período, abaixo da inflação de 4,83%, o que limita a melhora no poder de compra e na qualidade de vida dos trabalhadores.

## **17. COMO EVOLUIRÁ O FINANCIAMENTO**

### **DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL?**

Projeções indicam que a população idosa (60 anos ou mais) no Brasil aumentará nas próximas décadas, enquanto a população em idade ativa (15 a 59 anos) diminuirá. Essa mudança impactará diretamente a razão de suporte – número de trabalhadores ativos para cada aposentado –, que cairá de 4,4 em 2023 para apenas 1,2 em 2100, colocando em risco a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário. O governo federal estima que o rombo previdenciário, atualmente em R\$

276,9 bilhões (2,6% do PIB), pode dobrar até 2060, atingindo R\$ 3,3 trilhões (5,9% do PIB).

### **18. COMO EVOLUIRÃO AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL VOLTADAS À GARANTIA DOS DIREITOS BÁSICOS À POPULAÇÃO BRASILEIRA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE?**

Na última década, o número de famílias inscritas no Cadastro Único apresentou tendência de crescimento constante, indo de 25 milhões de famílias em 2012 para quase 40 milhões em 2023.

### **19. COMO EVOLUIRÃO AS MÚLTIPLAS FORMAS DE DESIGUALDADE (RENDA, GÊNERO, RAÇA, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS) NO BRASIL?**

O Brasil figura entre os países mais desiguais do mundo, com o 1% mais rico da população detendo 28,3% da renda total. As desigualdades de gênero e raça também são marcantes. Homens brancos detêm mais de 20% da renda nacional, enquanto mulheres negras concentram apenas 4%. Com medidas eficazes, é possível construir um país mais equitativo, garantindo maior acesso a oportunidades para grupos historicamente marginalizados. Na hipótese contrária, se essas iniciativas forem insuficientes, as disparidades podem se aprofundar, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social.

## **20. COMO EVOLUIRÁ A POBREZA NO BRASIL?**

Dados do IBGE indicam um avanço significativo na redução da pobreza no Brasil. De 2022 para 2023, 8,7 milhões de brasileiros saíram dessa condição, diminuindo de 31,6% para 27,4% o percentual da população abaixo da linha da pobreza, o menor índice registrado desde 2012. O mesmo ocorreu com a extrema pobreza, que foi de 5,9% para 4,4% no mesmo período. Esses dados demonstram o impacto positivo de políticas públicas voltadas à redistribuição de renda e à inclusão social, mas também evidenciam a necessidade de manutenção e ampliação dessas iniciativas para garantir avanços contínuos.

## **21. COMO AVANÇARÃO A PREVENÇÃO, O ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE E A SENSACÃO DE SEGURANÇA NO BRASIL?**

## **22. COMO EVOLUIRÃO OS SERVIÇOS E OS PADRÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA?**

## **23. COMO EVOLUIRÁ O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS E A CONSOLIDAÇÃO DE NOVOS POLOS REGIONAIS NO BRASIL?**

O último Censo Demográfico apontou que os municípios com populações entre 100 mil e 499 mil habitantes concentraram 67,5% do crescimento populacional do Brasil entre 2010 e 2022, enquanto cidades pequenas e grandes perderam participação proporcional. Isso pode refletir uma busca dos cidadãos por melhor qualidade de vida e oportunidades econômicas fora dos grandes centros urbanos.



○ ***Plano de Transformação Ecológica: Um Novo Modelo de País para um Novo Mundo***, fruto de um Grupo de Trabalho Interinstitucional coordenado pelo Ministério da Fazenda em setembro de 2023, discorre sobre as possibilidades de um novo desenvolvimento para o Brasil no contexto das transformações tecnológicas profundas, das questões ambientais prementes e das mudanças na geopolítica internacional que o país e o mundo enfrentam. A ideia central do documento é que estamos em meio a um novo paradigma tecnológico e ecológico que pode propiciar uma onda de inovações e inversões *schumpeterianas* capazes de eliminar o que nos atrasa e criar fronteiras de expansão que nos alcem a um novo patamar de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Reconstruir parte da estrutura produtiva nacional sob a égide da 4ª Revolução Industrial e da sustentabilidade ambiental propiciará ao Brasil criar novos setores com maior poten-

cial para agregar valor ao PIB e gerar empregos mais bem remunerados, diminuindo as disparidades econômicas e sociais e reposicionando o país no âmbito das relações internacionais. Para tanto, uma reconstrução econômica, social e ambiental desta magnitude exige um planejamento de longo prazo que se apoie em fontes de financiamento sustentáveis.

O ***Plano de Transformação Ecológica*** aponta para o enfrentamento destes desafios que, se bem direcionados, podem transformar o panorama econômico, social e ambiental nacional. As projeções são alvissareiras: até 2050, espera-se dobrar o PIB *per capita*, eliminar a emissão líquida de gases de efeito estufa, reduzir o índice de Gini para 0,40 e criar até 10 milhões de novos postos de trabalho, sendo 30% deles em setores de ponta, como bioeconomia e biotecnologia.

O documento sugere que o incremento do PIB deve ser almejado paralelamente à inclusão das regiões menos desenvolvidas, à melhora na distribuição de renda e ao refinamento dos processos produtivos na direção da sustentabilidade ambiental, levando em conta que nos encontramos em um panorama internacional em constante mudança e disrupções tecnológicas que redesenham a divisão internacional do trabalho e permitem novas possibilidades de inserção econômica e geopolítica no cenário internacional. Neste contexto, os desafios são enormes, mas as oportunidades, promissoras.

A transformação ecológica é “a mudança de paradigma cultural, político e econômico da organização social da produção baseada no bioma, em prol de relações sustentáveis com o território e a natureza, gerando melhor qualidade de vida para suas populações”. É a possibilidade de utilizarmos nosso potencial natural e sustentável para redesenhar a economia e propiciar melhores condições de vida para o conjunto da população brasileira. Para tanto, o **Plano** objetiva, principalmente:

- A expansão dos investimentos em tecnologia objetivando maior produtividade e incremento do valor agregado na agricultura, indústria e serviços;
- a geração de empregos de melhor qualidade, com maiores remunerações;
- uma melhor distribuição pessoal e regional da renda; e
- a geração de riqueza com responsabilidade ambiental e proteção dos ecossistemas, minorando os impactos ambientais na vida dos mais vulneráveis.

Uma transformação ecológica desta dimensão demanda uma miríade de novos investimentos que acarretarão efeitos multiplicadores, os quais, associados às vantagens comparativas do Brasil, se traduzirão em me-

lhores empregos, renda e justiça social com sustentabilidade, não deixando ninguém para trás e melhorando a vida de todos. O potencial energético não poluente brasileiro<sup>1</sup>, a enorme biodiversidade<sup>2</sup> e a capacidade hídrica nacional são diferenciais importantes neste sentido. Por outro lado, o acesso desigual a esses recursos abundantes e aos serviços públicos são obstáculos a serem enfrentados. O **Plano de Transformação** aponta que “segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2021, cerca de 35 milhões de brasileiros (17% da população) não têm acesso a água tratada e 47% da população não têm acesso a serviços de coleta de esgoto... Apenas cerca de 46% do esgoto gerado no país são tratados... Somente 4% dos resíduos sólidos são reciclados e apenas 74% dos municípios brasileiros possuem iniciativas de coleta seletiva”.

Ao ressaltar que o crescimento sustentável de longo prazo é fundamental para galgarmos um “novo patamar de desenvolvimento sustentável e tecnológico (neointustrialização), gerando prosperidade com melhores empregos e distribuição

**1** Referenciando-se ao EPE de 2023, o **Plano** aponta que, em 2022, a matriz energética nacional contava com a participação de 47,4% de fontes renováveis, enquanto a média global fora de 16%.

**2** Referenciando-se ao BRASIL. MMA, 2023, o **Plano** destaca que o Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo, abrangendo de 10 a 15% de todas as espécies conhecidas.

de renda mais justa para a população” e que, para tanto, necessita-se da participação do conjunto da sociedade para realizarmos “um plano do Brasil para o Brasil”, o documento explicita a necessidade de planejamento com participação social e fontes de financiamento sustentáveis.

Para atingir esses objetivos ambiciosos, o **Plano de Transformação Ecológica** se apoia em seis eixos:

1. Finanças Sustentáveis
2. Adensamento Tecnológico
3. Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares
4. Transição Energética
5. Economia Circular
6. Nova Infraestrutura Verde e Adaptação, Segurança e Prevenção às Crises Climáticas

Uma mudança desta magnitude pressupõe um planejamento de longo prazo oriundo da articulação entre os mais variados órgãos e instituições públicas, capazes de direcionar o investimento privado e a participação da sociedade civil em prol deste novo paradigma cultural, político e econômico, revolucionando as estruturas produtivas e sociais. Tamanho bloco de inversões, realizado muitas vezes à frente da demanda preexistente – exigindo, portanto, uma coordenação

interinstitucional refinada – pressupõe fontes de financiamento regulares e seguras ao longo do tempo, capazes de gerar expectativas positivas de longo prazo quanto ao rendimento futuro das rendas esperadas, ampliando a confiança e o investimento dos agentes privados.

O documento destaca que o volume de recursos necessários para estes investimentos é substancial. Como exemplo, é apontada a necessidade de recursos da ordem de 4% do PIB<sup>3</sup> ao ano entre 2020 e 2050 para tornar o Brasil climaticamente neutro e resiliente às mudanças já contratadas. Entretanto, o espaço fiscal para novos investimentos é limitado. Segundo o *Relatório de Projeções Fiscais*, produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional em julho de 2023, “é possível notar que o espaço para investimento público está significativamente aquém do nível apontado pelos dois estudos anteriores. Mesmo no cenário de maiores despesas discricionárias, elas atingiriam a média de 2,2% do PIB entre 2023 e 2032, sendo que mais de 60% estariam vinculadas a gastos em saúde, educação, ou emendas parlamentares – as chamadas ‘discricionárias rígidas’”.

**3 O Plano** referencia-se ao relatório *Neutralidade de carbono até 2050: cenários para uma transição eficiente no Brasil*, formulado pela cooperação técnica entre a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), o Centro de Economia Energética e Ambiental (Cenergia – Coppe/UFRJ) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Neste sentido, a restrição fiscal suscita a busca por novas fontes de financiamento capazes de viabilizar a transformação ecológica proposta. Fontes de financiamento nacionais e internacionais baseadas em taxonomias<sup>4</sup> que permitam o redirecionamento de recursos de setores atrasados e ambientalmente agressivos para setores novos e ecologicamente corretos são fundamentais para viabilizar o financiamento destas transformações.

Sendo assim, o **Plano** ressalta a necessidade da construção de uma Taxonomia Sustentável Brasileira com a “finalidade de responder aos principais desafios ambientais e sociais do país, levando em conta seus compromissos, objetivos e planos prioritários”. Após a apresentação de modelos de taxonomias internacionais, o documento destaca que o nacional deve primar pelo alcance de três objetivos estratégicos principais:

- Mobilizar e reorientar o financiamento e os investimentos públicos e privados para atividades econômicas com impactos ambientais, climáticos e sociais positivos, visando ao desenvolvimento sustentável, inclusivo e regenerativo;

<sup>4</sup> Classificação de seleção de setores para investimentos ecologicamente corretos; disponibiliza critérios e indicadores específicos que permitem avaliar se uma atividade contribui para a sustentabilidade e/ou para a transição para uma economia sustentável.

- promover o adensamento tecnológico voltado à sustentabilidade ambiental, climática, social e econômica, com elevação de produtividade e competitividade da economia brasileira em bases sustentáveis; e
- criar as bases para produção de informações confiáveis dos fluxos das finanças sustentáveis ao estimular a transparência, a integridade e visão de longo prazo para a atividade econômica e financeira.

Estes objetivos estratégicos, que permitem a coordenação dos investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, bem como seu monitoramento e aferição através da construção de métricas e informações precisas, se apoiarão na persecução de objetivos ambientais, climáticos e econômico-sociais.

No que tange aos objetivos ambientais e climáticos, o **Plano** destaca sete frentes de ação:

## **1. MITIGAÇÃO DA MUDANÇA DO CLIMA**

Em grande medida decorrente do desmatamento e da agropecuária, o Brasil foi, em 2020, responsável por 2,28% das emissões de gases de efeito estufa no mundo. Uma das ações possíveis é ampliar o protagonismo do Brasil na produção de energia limpa por meio do incremento de investimentos em fontes renováveis como energia eólica, solar, de biocombustíveis e, em menor escala, do hidrogênio de baixo carbono.

## **2. ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Dadas suas desigualdades regionais e pessoais da renda, o Brasil é altamente vulnerável às mudanças climáticas.

## **3. PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ECOSSISTEMAS**

O Brasil é um dos países mais diversos do planeta. Entretanto, dado o desmatamento e a expansão agrícola descontrolada, contabilizamos 1.173 espécies da fauna e 2.113 espécies da flora com risco de extinção. Destacadamente na Mata Atlântica e no Cerrado, 85% da fauna e flora podem ser impactadas negativamente pelas mudanças climáticas.

## **4. USO SUSTENTÁVEL DO SOLO E CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS**

Estudos da FAO revelam que mais de 30% dos solos estão degradados mundialmente. No Nordeste brasileiro, entre 25% e 30% da área agrícola irrigada está em processo de salinização, comprometendo a produção de alimentos e o ecossistema.

## **5. TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR**

O potencial de se adicionar valor através do reaproveitamento e combate ao desperdício e ao mau direcionamento de materiais já utilizados no processo produtivo é grande. O Brasil tem 2.167 lixões e aterros controlados, mas os índices de coleta seletiva e reciclagem são

baixos; somente 4% dos resíduos sólidos são reciclados e apenas 74% dos municípios brasileiros possuem iniciativas de coleta seletiva.

## **6. USO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS**

O Brasil detém aproximadamente 12% das reservas de água doce do mundo, em grande medida concentradas na Bacia Amazônica. Mesmo assim, cerca de 35 milhões de brasileiros (17% da população) não têm acesso a água tratada e 47% da população não têm acesso a serviços de coleta de esgoto.

## **7. PREVENÇÃO E CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO**

O Brasil foi o maior consumidor de pesticidas do mundo em 2020, tendo atingido a marca de 1,77 kg *per capita*. Isso compromete os biomas e aumenta a incidência de doenças na população.

No que concerne aos objetivos econômico-sociais, o **Plano** destaca quatro frentes de ação:

### **1. GERAÇÃO DE TRABALHO DECENTE E RENDA**

Conforme supracitado, a transformação ecológica pode gerar empregos mais bem remunerados e com mais dignidade. Isso é fundamental, principalmente pelo fato de o Brasil apresentar elevada rotatividade e informalidade, demandando a criação de postos de trabalho com mais direitos.

## **2. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS CONSIDERANDO ASPECTOS RACIAIS E DE GÊNERO**

No ano de 2022, de acordo com a PNAD Contínua, a renda média do trabalho de pessoas negras correspondeu a 60% daquela recebida por pessoas brancas; quando comparada a renda média do trabalho de mulheres negras com a de homens brancos, a disparidade se amplia ainda mais: mulheres negras receberam, em média, 46,6% da renda dos homens brancos.

## **3. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E TERRITORIAIS DO PAÍS**

A desigualdade regional e territorial é um dos problemas estruturais da sociedade brasileira. A título de exemplo, de acordo com a PNAD Contínua de 2022, apenas 15% da renda efetiva de todos os trabalhos é apropriada por pessoas residentes na Região Nordeste, onde vivem 27% da população.

## **4. AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS BÁSICOS E QUALIDADE DE VIDA**

Além do potencial efeito multiplicador para o conjunto da economia, a ampliação de serviços básicos é fundamental para incrementar a qualidade de vida dos brasileiros.

Em síntese, o desenvolvimento de uma taxonomia sustentável brasileira é essencial para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Mediante a ampliação da capacidade de fontes sustentáveis de financiamento, como “títulos soberanos sustentáveis<sup>5</sup>” ou “mercado de carbono”, capazes de atrair recursos nacionais e internacionais, objetiva-se viabilizar investimentos em setores ecologicamente corretos com elevada capacidade de agregação ao PIB, em grande medida situados no âmbito da chamada “Economia Verde e Azul” e das energias renováveis, com considerável efeito multiplicador para o conjunto da economia.

Novas oportunidades de negócios relacionados à economia circular e bioeconomia poderão potencializar o crescimento do PIB e gerar empregos mais bem remunerados, possibilitando ao país confrontar problemas estruturais relacionados às desigualdades de renda pessoais e regionais e ao desenvolvimento urbano e infraestrutura. Permitirão também que os ODS da Agenda 2030 sejam alcançados mediante uma transformação econômica, social e ambiental “boa para a economia (novas oportunidades e negócios com inovação e produtividade), boa

**5** A definição dos títulos soberanos sustentáveis indica integração entre questões climáticas e ambientais – associadas ao verde – e o enfrentamento às desigualdades – relacionadas ao social.

para as pessoas (melhores empregos, renda, qualidade de vida material e climática), boa para a natureza (regeneração, proteção, conservação e adaptabilidade às novas condições climáticas) e boa para o Brasil (liderança global, novas frentes de expansão, preparação para o enfrentamento de adversidades climáticas e ambientais)”.



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 2019. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI.** Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019>

Em 2019, o Gabinete de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento comemorou 30 anos de existência, contando com a publicação de inúmeros relatórios, análises e índices, e tomando por base conceitos que pautaram políticas públicas mundo afora. O PNUD embarcou, a partir daquela data, em um grande esforço para rearticular o conceito de desenvolvimento humano considerando as complexidades do mundo atual e chamando para si a tarefa de reimaginar tal conceito.

Os **Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDR)** sempre estiveram no centro do debate global sobre desenvolvimento. Durante a segunda metade do Século XX cresciam as preocupações com a “tirania do PIB”: muitos tomadores de decisão pareciam acreditar que crescimento econômico e desenvolvimento eram sinônimos, embora os arquitetos do PIB tivessem alertado especificamente contra seu uso para medir o bem-estar de

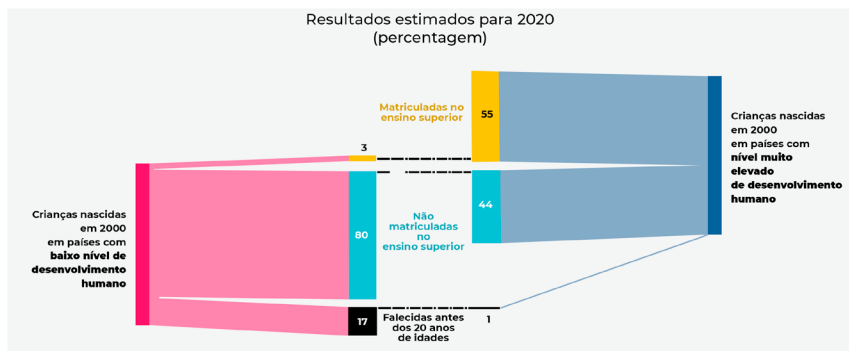
uma nação. O primeiro **HDR**, em 1990, marcou uma nova era em que o progresso não é mais definido apenas pelo crescimento econômico, mas pela concessão de oportunidades e liberdades às pessoas para viverem as vidas que valorizem.

No início do Século XXI, o desenvolvimento global se encontra em outro marco: a Agenda 2030 oferece um roteiro para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade duradouras. A amplitude e a profundidade da agenda oferecem, mais uma vez, uma oportunidade para que o pensamento sobre desenvolvimento humano inspire uma nova geração de análises, medições e tomadas de decisão para revolucionar o desenvolvimento global.

O tema das desigualdades enseja uma preocupação antiga. Não há dúvida de que, apesar de algum progresso, o mundo de hoje continua profundamente injusto. A vida e as perspectivas enfrentadas por um recém-nascido em um país/região pobre ou em uma família pobre são radicalmente diferentes das de crianças mais ricas (**figura 1**). Em todas as sociedades, formas antigas de desigualdade persistem, mas neste início de século novas disparidades surgem em novos aspectos da vida. Desta forma, o PNUD entende ser necessário concentrar novas análises que combinem uma

## FIGURA 1

As crianças nascidas em 2000, em países com rendimentos diferentes, farão um percurso muito desigual até 2020



**Nota:** Trata-se de estimativas (a partir de valores médios) para um indivíduo típico de um país com um baixo nível de desenvolvimento humano e de um país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Os dados relativos à frequência do ensino superior baseiam-se nos dados de inquéritos às famílias relativos a pessoas com idades entre os 18 e os 22 anos, tratados pelo Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, in [www.education-inequalities.org](http://www.education-inequalities.org) (acessado em 5 de novembro de 2019). As porcentagens dizem respeito a pessoas nascidas em 2000. O número de pessoas falecidas antes do 20º aniversário é calculado com base no número estimado de pessoas vivas (pertencentes ao segmento nascido por volta de 2000) e nos dados mais recentes quanto à frequência do ensino superior. As pessoas não matriculadas no ensino superior constituem o complementar. Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas e do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

compreensão mais ampla das dimensões da desigualdade, dimensões essas por demais importantes para o bem-estar das pessoas.

Embora algumas vertentes do pensamento econômico acreditem que a desigualdade é importante, há muito menos consenso sobre sua importância para o desenvolvimento e o que fazer a respeito. Nesse debate, é sem dúvida necessário aprimorar as medições para descrever melhor a desigualdade e ter uma compreensão mais profunda de como ela mudará, dadas as transformações econômicas, sociais e ambientais que estão ocorrendo em todo o mundo. Só então será possível elaborar opções de políticas que possam combatê-la de forma eficaz.

No **HDR 2019**, o PNUD apresentou uma análise global abrangente da desigualdade propondo uma estrutura totalmente nova em que a desigualdade é analisada a partir de três prismas interligados: além da renda, além das médias e além do presente (**figura 2**):

### **ALÉM DA RENDA**

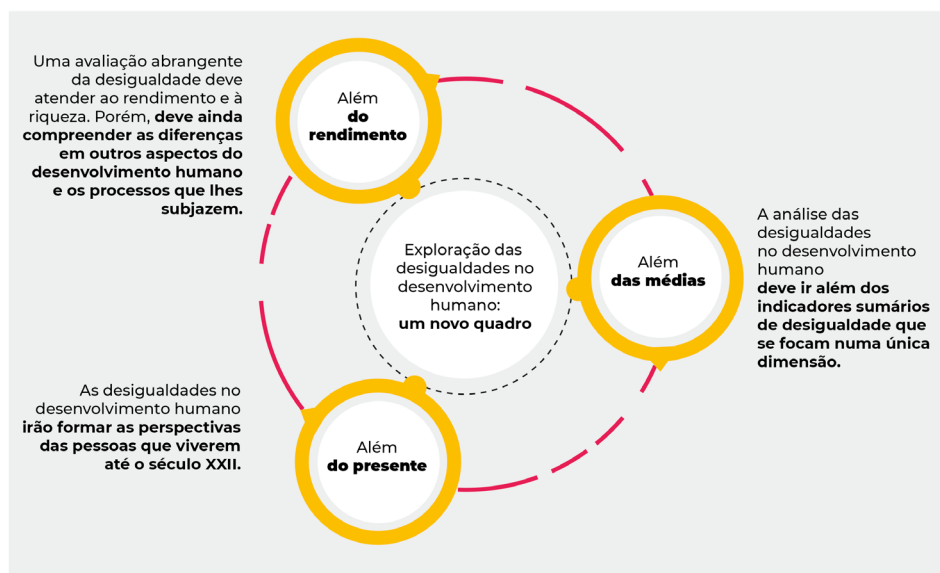
Considerando as desigualdades em outras dimensões – da saúde e educação ao acesso a tecnologias e exposição a choques –, também importantes para o bem-estar das pessoas.

### **ALÉM DAS MÉDIAS**

Afastando-se de uma análise puramente dominada por medidas resumidas, como o coeficiente de Gini, aproveitando novos dados e métodos inovadores para traçar um

**FIGURA 2**

#### **Pensar as desigualdades**



quadro mais preciso e oportuno do estado da desigualdade em todo o planeta.

### **ALÉM DO PRESENTE**

Adotando uma visão de longo prazo da desigualdade, identificando tendências e fazendo projeções para 2030 e além.

O uso dessa estrutura permitiu que o relatório abordasse os desafios emergentes, incluindo a compreensão de como as desigualdades em áreas-chave do desenvolvimento humano estão convergindo e divergindo ao mesmo tempo. Por exemplo: em muitos países, hoje, a diferença entre crianças ricas e pobres diminuiu, quando analisamos se elas têm acesso ao ensino fundamental. Mas as diferenças entre essas crianças estão aumentando quando consideramos a qualidade dessa educação ou se elas têm acesso a outras formas de ensino, incluindo a educação infantil. Essas novas desigualdades terão consequências para toda a vida, especialmente devido às rápidas mudanças tecnológicas que já estão impactando os mercados de trabalho.

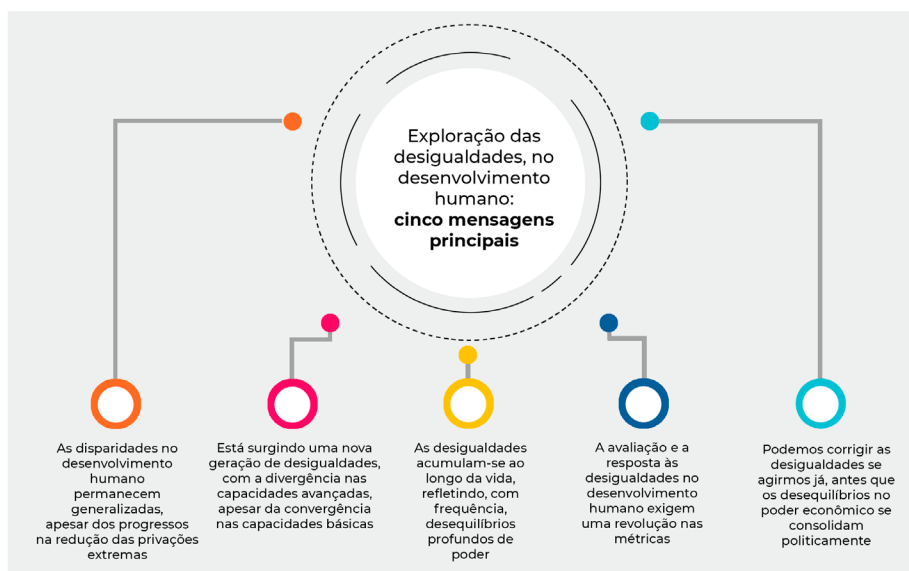
As desigualdades nem sempre espelham um mundo injusto. Algumas, provavelmente, são inevitáveis, tais como as resultantes da difusão de uma nova tecnologia. No entanto, quando estes percursos desiguais têm pouco a ver com a valorização do esforço, do talento ou dos riscos corridos por empreen-

dedores, podem ser ofensivos para o sentido coletivo de equidade e uma afronta à dignidade humana. Tais desigualdades no desenvolvimento humano prejudicam as sociedades, enfraquecendo a coesão social e a confiança das pessoas no governo, nas instituições e entre si. Na sua maioria, lesam as economias e desperdiçam o potencial das pessoas no trabalho e na vida pessoal. Muitas vezes impedem que as decisões políticas reflitam as aspirações da sociedade em seu todo e protejam o planeta, já que uns poucos, mais bem-posicionados, exercem seu poder para moldar decisões com base em interesses individuais.

O **HDR 2019** enlaça cinco mensagens principais: a) as disparidades no desenvolvimento humano permanecem generalizadas, apesar dos progressos na redução das privações extremas; b) surge uma nova geração de desigualdades associadas às capacidades avançadas para o desenvolvimento humano; c) as desigualdades no desenvolvimento se acumulam ao longo da vida, refletindo-se com frequência em desequilíbrios nas estruturas de poder nas sociedades; d) a avaliação e as respostas às desigualdades exigem uma revolução nas métricas, ou seja, nas formas tradicionais de medir as desigualdades; e e) é necessário corrigir as desigualdades antes que

## FIGURA 3

Além do rendimento, além das médias e além do presente: A exploração das desigualdades no desenvolvimento humano conduz a cinco mensagens principais



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

os desequilíbrios de poder econômico se consolidem politicamente.

O **HDR 2019** baseou-se em uma rica história de produção de relatórios de desenvolvimento humano em aliança com outros parceiros com *expertises* que possibilitaram novas leituras. A estreita colaboração com especialistas em várias disciplinas possibilitou novas medições, como as contas nacionais distributivas, que combinam dados fiscais, de pesquisas e de contas nacionais, em um único conjunto de estimativas.



A dívida pública pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento, permitindo que os governos financiem despesas críticas e invistam em um futuro melhor para seus povos. No entanto, quando a dívida pública cresce excessivamente ou seus custos superam seus benefícios, ela se torna um fardo pesado. Isso é particularmente desafiador para os países em desenvolvimento, que enfrentam um *déficit* anual de financiamento para o desenvolvimento sustentável de US\$ 4,3 trilhões, muitas vezes enquanto lutam contra os altos custos da dívida.

Este relatório destaca o aumento da dívida pública global, agravado por uma série de crises em cascata nos últimos anos. Também ressalta como o crescente peso da dívida afeta desproporcionalmente os países em desenvolvimento, onde os recursos públicos são cada vez mais desviados das necessidades essenciais de desenvolvimento para o serviço da dívida.

Eventos recentes intensificaram ainda mais esse desafio. Os impactos da pandemia da Covid-19 e o aumento das taxas de juros glo-

bais em 2022 e 2023 já haviam pressionado os orçamentos públicos. Esses efeitos agora são agravados por uma desaceleração do crescimento global, tensões geopolíticas intensificadas e incerteza aguda – fatores que prejudicam as receitas públicas e pressionam as receitas cambiais. Além disso, muitos países em desenvolvimento enfrentam os impactos adversos das tensões comerciais em curso e as prováveis contrações na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

Nesse contexto, os pagamentos de juros em muitos países estão aumentando mais rapidamente do que os gastos com serviços públicos essenciais, como saúde ou educação. Pelo menos um em cada três países em desenvolvimento – onde vivem 3,4 bilhões de pessoas – está gastando mais com pagamentos de juros do que nessas áreas, que são fundamentais para o desenvolvimento humano.

Com o mundo muito aquém de seus esforços para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fica cada vez mais evidente que a atual arquitetura financeira global está mal equipada para enfrentar os desafios do Século XXI. O aumento das lacunas de financiamento representa um desafio substancial para o desenvolvimento sustentável.

Há uma necessidade urgente de reformar a arquitetura financeira internacional para enfrentar os desafios crescentes da dívida pública global e acelerar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Quase sessenta países estão agora pedindo explicitamente reformas políticas nessa área.

Tais reformas devem abranger:

1. Tornar o sistema mais inclusivo e orientado para o desenvolvimento;
2. aumentar a disponibilidade de liquidez em tempos de crise;
3. criar um mecanismo eficaz de renegociação da dívida que resolva as deficiências atuais; e
4. fornecer mais e melhores financiamentos concessionais.

Os países em desenvolvimento não devem ser forçados a escolher entre pagar suas dívidas ou servir a seu povo. Há muito tempo que o mundo vem discutindo reformas. A 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Sevilha, é um marco importante nesse processo.

É hora de passar das conversas às ações.

---

**1** 47 x o PIB Brasil, sendo a 10ª economia do ranking global em 2024.

A dívida pública global continua crescendo rapidamente, impulsionada por crises sequenciais, bem como pelo desempenho lento e desigual da economia global. Em 2024, a dívida pública – composta pela dívida pública interna e externa – atingiu US\$ 102 trilhões<sup>1</sup>, um aumento de US\$ 5 trilhões em relação a 2023. O panorama da dívida pública e sua dinâmica são marcados por disparidades regionais significativas. O valor nominal da dívida pública nos países em desenvolvimento está aumentando duas vezes mais rápido do que nos países desenvolvidos (**figura 1**). No entanto, estes últimos continuam a responder pela maior parte da dívida pública global (69%).

Em 2024, a dívida pública dos países em desenvolvimento atingiu US\$ 31 trilhões, representando 31% do total global (**figura 2**). Isso representa um aumento substancial em relação a sua participação de 16% em 2010. Ao mesmo tempo, esse número revela as assimetrias persistentes nos mercados financeiros globais: embora os países em desenvolvimento representem 39% do PIB global, eles abrigam 83% da população mundial e enfrentam lacunas substanciais no financiamento dos ODS.

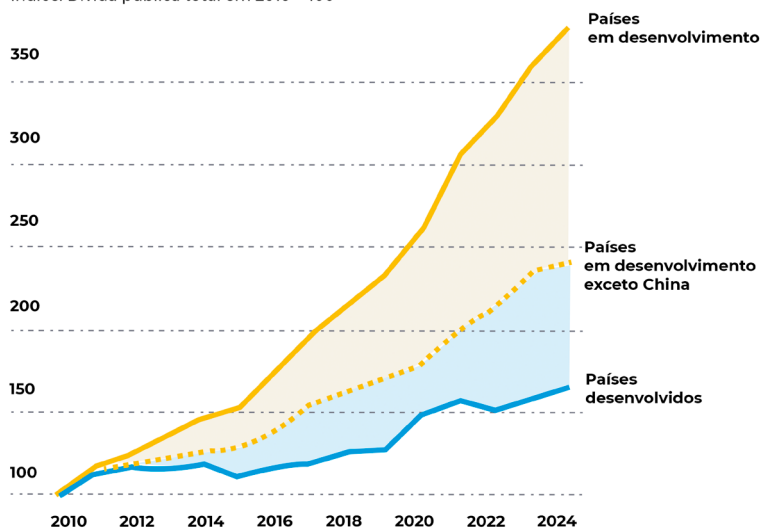
Existem disparidades gritantes entre as regiões em desenvolvimento, bem como entre os países. Mais de 24% da dívida pública global –

equivalente a três quartos da dívida total dos países em desenvolvimento – é devida por países da Ásia e da Oceania.

**FIGURA 1**

**A dívida pública cresce duas vezes mais rápido nos países em desenvolvimento que nos países desenvolvidos**

Índice: Dívida pública total em 2010 = 100



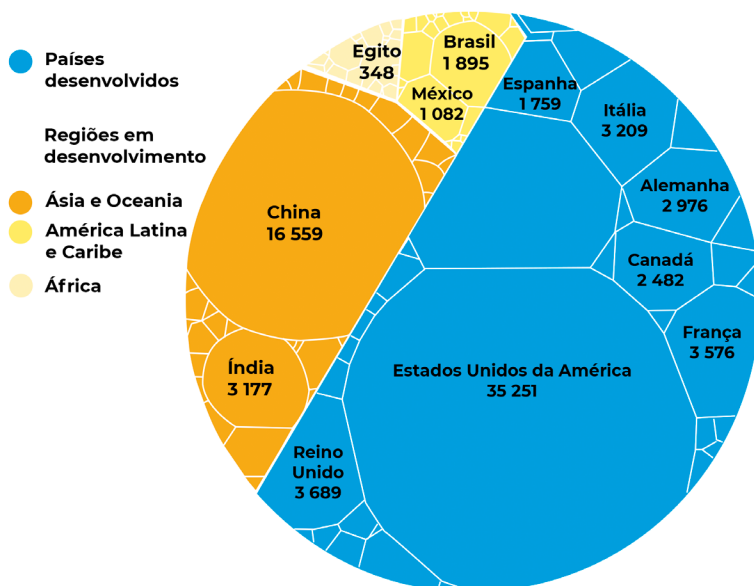
Fonte: Cálculos do Secretariado da UNCTAD baseados no World Economic Outlook do FMI (abril de 2025).

Em comparação, a América Latina e o Caribe representam 5% e a África menos de 2%. No entanto, o peso dessa dívida varia significativamente com base no preço e no prazo de vencimento do financiamento ao qual os países têm acesso, e é ainda mais exacerbado pelas desigualdades inerentes à arquitetura financeira internacional. Aqueles que menos podem pagar são frequentemente os que mais pagam.

## FIGURA 2

### Os países em desenvolvimento devem 31% da dívida pública global

Dívida pública em bilhões de dólares (2024)



**Fonte:** Cálculos do Secretariado da UNCTAD baseados no World Economic Outlook do FMI (abril de 2025).

Isso fica evidente quando se examina a evolução da dívida pública em relação ao tamanho das economias em desenvolvimento. Após cair de um pico de 59% em 2020 para 53% em 2023, o valor mediano da relação dívida pública/PIB nos países em desenvolvimento aumentou para 54% em 2024, o que implica que a dívida cresceu mais rapidamente do que o PIB em mais da metade desses países. Essa tendência reflete os efeitos combinados do fraco crescimento econômico – ainda mais pressionado pelo aumento da incerteza e das tensões geopolíticas – e dos custos persistentemente

elevados da dívida. A Ásia e a Oceania se destacam como a única região onde a mediana da relação dívida/PIB continuou a diminuir, de 39% em 2023 para 38% um ano depois. No entanto, em regiões já sobrecarregadas com níveis de dívida muito mais elevados, a mediana da relação dívida/PIB aumentou até meio ponto percentual, passando de 57,5% para 57,8% na África e de 64% para 64,5% na América Latina e no Caribe. Como resultado, 58 países em desenvolvimento (40% dos que dispõem de dados disponíveis) continuam a debater-se com níveis elevados de endividamento, excedendo o limiar teórico de 60% do PIB. Isso inclui 23 países na África (43% do total da região), 18 países na América Latina e no Caribe (55%) e 17 na Ásia e Oceania (31%).

O tamanho limitado dos mercados financeiros domésticos e os níveis relativamente elevados da dívida pública externa aumentam a vulnerabilidade a choques externos e à instabilidade financeira, especialmente durante períodos de maior incerteza econômica. Por exemplo, quando as condições financeiras globais mudam ou os investidores internacionais se tornam mais avessos ao risco, os custos dos empréstimos podem subir repentinamente. Além disso, se a moeda de um país se desvalorizar, os pagamentos da dívida em moeda estrangeira podem disparar, deixando menos dinheiro para gastos com desenvolvimento.

Em 2023, a dívida pública externa dos países em desenvolvimento atingiu US\$ 3,3 trilhões – um aumento de aproximadamente US\$ 102 bilhões comparado ao ano anterior. Embora o peso da dívida em relação às exportações tenha recuado amplamente para os níveis pré-Covid, ele continua elevado. Para mais da metade dos países em desenvolvimento, a dívida pública externa equivalia a 88% ou mais do valor das exportações de bens e serviços e das receitas de renda primária. Essa tendência é impulsionada principalmente pelo desempenho das exportações, que caiu drasticamente durante a pandemia, recuperou-se em 2021 e 2022 e cresceu lentamente em 2023.

No entanto, os encargos com o serviço da dívida pública externa mostram poucos sinais de melhora, com pagamentos relacionados atingindo até US\$ 487 bilhões em 2023. É particularmente preocupante a evolução da relação entre o serviço da dívida externa e as receitas do governo.

Metade dos países em desenvolvimento está alocando pelo menos 8,6% de suas receitas públicas para o serviço da dívida externa – quase o dobro dos 4,7% registrados em 2010. Essa situação deixa menos recursos públicos disponíveis para investimentos em capital humano e desenvolvimento sustentável, e é agravada pela deterioração das perspectivas

econômicas globais, que prejudicam a arrecadação de receitas. A relação entre o serviço da dívida pública externa e as receitas de exportação também dobrou, passando de um valor médio de 3,2% em 2010 para 6,5% em 2023. Isso implica que o serviço da dívida pública externa agora absorve uma parcela muito maior das receitas cambiais dos países em desenvolvimento.

Na mesma linha, o número de países em desenvolvimento que gastam mais de 5% de suas exportações de bens e serviços e receitas de renda primária no serviço da dívida pública externa quase dobrou desde 2010. Em 2023, dois em cada três países em desenvolvimento para os quais há dados disponíveis (**figura 3**) estavam nessa situação, incluindo a maioria dos países da África, América Latina e Caribe<sup>2</sup>.

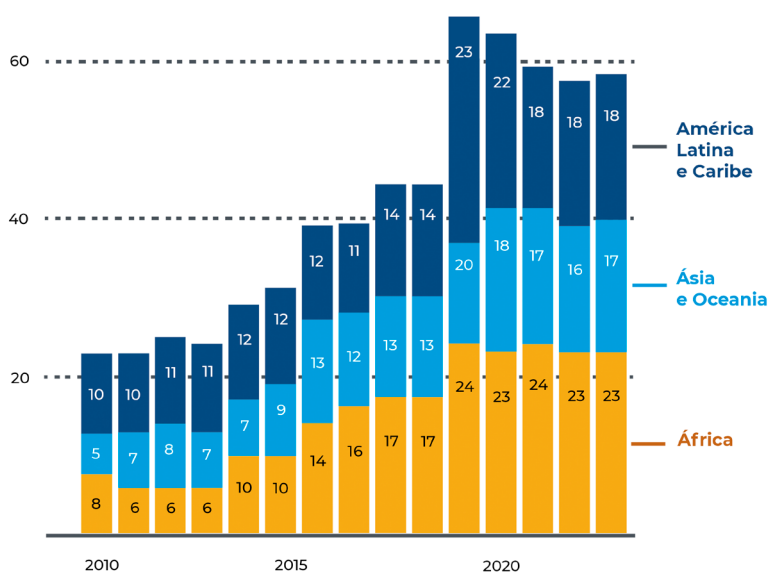
O crescente peso da dívida pública externa reflete tanto a evolução do financiamento da dívida ao longo da última década quanto as mudanças na política monetária nos principais centros financeiros.

**2** O peso do gasto com juros da dívida pública no Brasil é significativo, com o pagamento dos juros e amortizações da dívida chegando a 53,4% do orçamento federal em 2025, somando R\$ 1,313 trilhão até junho. Além disso, a dívida pública total em 2025 está se aproximando de 80% do PIB, e a despesa com juros nos últimos 12 meses foi de R\$ 941,2 bilhões, representando 7,64% do PIB, o que mostra um volume de gastos com juros que representa um impacto considerável nas contas públicas do país.

### FIGURA 3

#### O número de países com elevados encargos da dívida continua elevado

Número de países em desenvolvimento com dívida pública excedendo 60% do PIB



**Fonte:** Cálculos do Secretariado da UNCTAD baseados no World Economic Outlook do FMI (abril de 2025).

**Nota:** Um parâmetro de referência de 60% é usado pelo FMI como um dos seus indicadores para avaliar os encargos da dívida nos mercados emergentes.

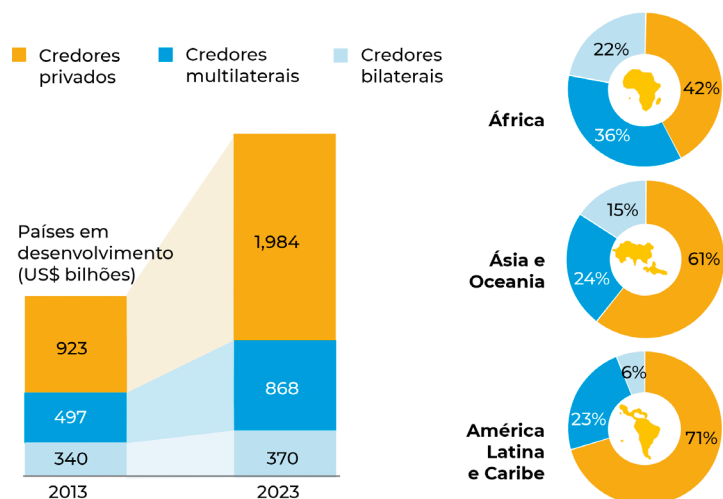
Os governos dos países em desenvolvimento contraem empréstimos de várias fontes, incluindo doadores bilaterais (outros governos), instituições multilaterais (como bancos multilaterais de desenvolvimento) e credores privados (incluindo detentores de obrigações, bancos e outros mutuantes). Desde 2010, a parcela da dívida pública externa devida a credores privados aumentou em todas as regiões, representando 60% da dívida pública externa total dos países em desenvolvimento em 2023 (*figura 4*).

Em primeiro lugar, os empréstimos concedidos por credores privados tendem a ser mais

## FIGURA 4

### Mudanças na base de credores elevam os custos da dívida e complicam a reestruturação

Composição da dívida pública externa por tipo de credor (2023)



**Fonte:** Cálculos do Secretariado da UNCTAD baseados no World Economic Outlook do FMI (abril de 2025).

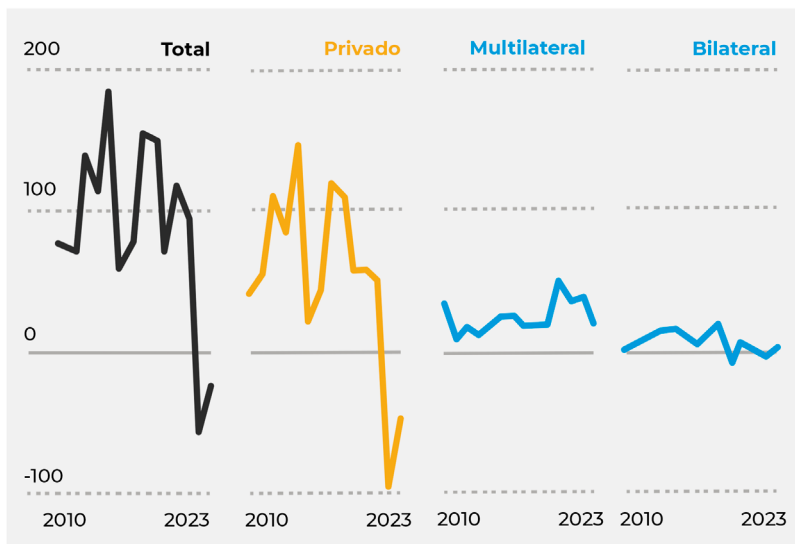
**Nota:** Dívida pública externa refere-se à dívida pública externa e publicamente garantida (PPG).

voláteis e propensos a mudanças rápidas, especialmente durante crises, à medida que os investidores retiram seus ativos em busca de segurança. Esses movimentos podem levar à saída de recursos num momento de maior fragilidade, especialmente em países emergentes, que são mais voláteis e suscetíveis a choques. Em 2023, os países em desenvolvimento pagaram US\$ 48 bilhões a mais a seus credores privados externos em serviço da dívida do que receberam em novos desembolsos. Isso resultou em uma transferência líquida negativa de recursos, que compensou as entradas líquidas de credores externos multilaterais e bilaterais, levando a uma saída líquida total de dívida de US\$ 25 bilhões (**figura 5**).

## FIGURA 5

### Saque de credores privados causa saída líquida de US\$ 25 bilhões em 2023

Transferências líquidas de dívida pública externa de países em desenvolvimento, por tipo de credor (US\$ bilhões)



**Fonte:** Cálculos do Secretariado da UNCTAD baseados no World Economic Outlook do FMI (abril de 2025).

**Nota:** Transferências líquidas são definidas como desembolso menos serviço da dívida pública externa e dívida publicamente garantida.

Em segundo lugar, os empréstimos de fontes privadas em condições comerciais são mais caros do que o financiamento de fontes multilaterais e bilaterais, que tende a ser concessionário. As desigualdades inerentes à arquitetura financeira internacional exacerbam essas diferenças no custo do financiamento. Os custos dos empréstimos da maioria dos países em desenvolvimento excedem em muito os dos países desenvolvidos. As regiões em desenvolvimento contraem empréstimos a taxas duas a quatro vezes superiores

às dos Estados Unidos. Isso aumenta os recursos necessários para pagar aos credores, tornando mais difícil para os países em desenvolvimento financiar investimentos e, ao mesmo tempo, preservar a sustentabilidade da sua dívida.

Em terceiro lugar, a crescente dependência de credores privados aumenta a complexidade da base de credores. Isso dificulta a reestruturação da dívida, pois exige negociações com um leque mais amplo de credores com interesses e marcos jurídicos divergentes. Atrasos e incertezas aumentam o custo da resolução de crises da dívida. A relação entre os custos de reestruturação e o tempo necessário para a conclusão é altamente relevante no contexto atual. As reestruturações da dívida desde 2020 estão demorando mais para serem concluídas em comparação com episódios em décadas anteriores, ressaltando a necessidade de mecanismos aprimorados de resolução de crises da dívida.

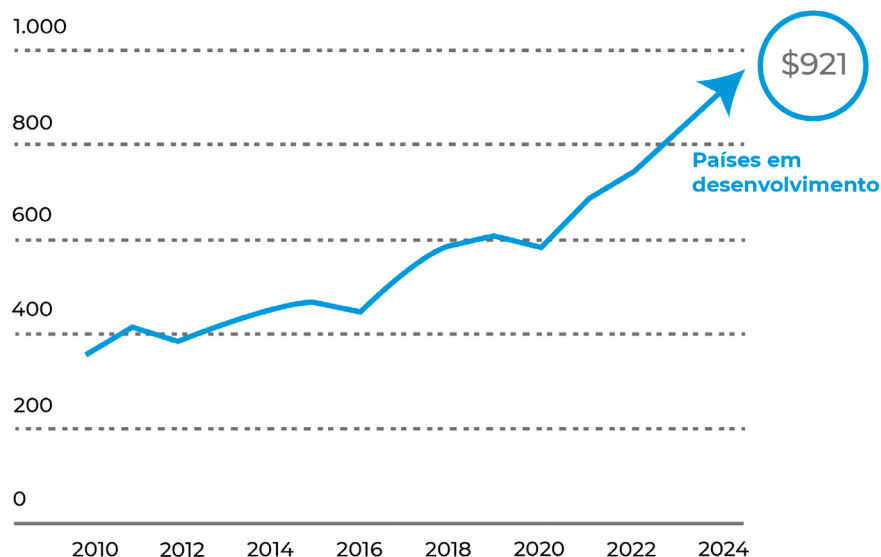
A interação entre o enfraquecimento da economia global, o aumento da incerteza e os custos relativamente elevados do capital desde 2022 tem um impacto direto nos orçamentos públicos em todo o mundo. Os países em desenvolvimento enfrentam condições parti-

cularmente desafiadoras devido ao aumento das lacunas no financiamento do desenvolvimento, aos choques decorrentes das recentes mudanças nas políticas comerciais e à redução dos fluxos de ajuda. Neste contexto, os pagamentos líquidos de juros da dívida pública dos países em desenvolvimento atingiram US\$ 921 bilhões em 2024 – um aumento de 10% em relação a 2023 (**figura 6**).

## FIGURA 6

### Os países em desenvolvimento pagam um recorde de US\$ 921 bilhões em juros

Pagamentos líquidos de juros pelo governo nos países em desenvolvimento em US\$ bilhões



**Fonte:** Cálculos do Secretariado da UNCTAD baseados no World Economic Outlook do FMI (abril de 2025).

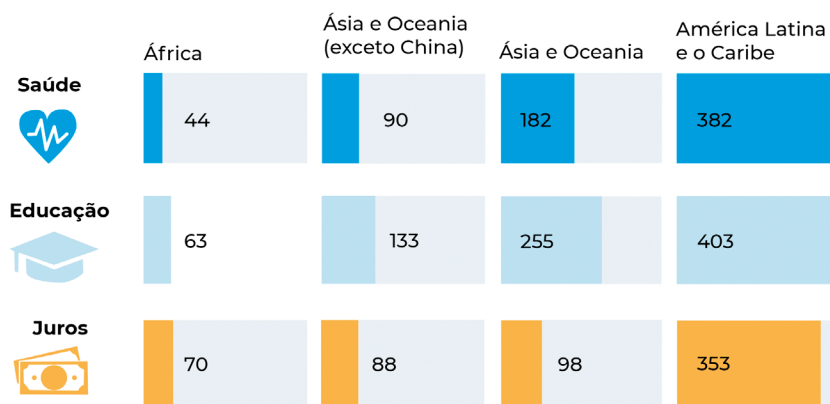
**Nota:** Os pagamentos líquidos de juros do governo referem-se ao valor total de despesas com juros internos e externos incorridos em empréstimos e outras formas de captação de recursos, menos qualquer receita de juros recebida.

Atualmente, metade dos países em desenvolvimento destina pelo menos 8% das receitas públicas ao pagamento de juros, um valor que duplicou na última década. A pressão crescente do pagamento de juros é substancial em todas as regiões, particularmente na África, na América Latina e no Caribe, onde pelo menos metade dos países destina uma parcela de dois dígitos de suas receitas públicas ao pagamento de juros (*figura 7*).

## FIGURA 7

### A África gasta mais com juros do que com saúde ou educação

Despesa pública *per capita* com juros líquidos, educação e saúde em dólares americanos (2021-2023)



**Fonte:** Cálculos do Secretariado da UNCTAD baseados no World Economic Outlook do FMI (abril de 2024 e Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial).

**Nota:** Despesas agregadas para países em desenvolvimento. Juros referem-se aos pagamentos líquidos de juros.

Os pagamentos de juros dos países em desenvolvimento não estão apenas crescendo rapidamente em relação às receitas públicas, mas também ultrapassando gastos públicos

essenciais, como saúde e educação. Um total de 3,4 bilhões de pessoas vive em países que gastam mais com pagamentos de juros do que com saúde ou educação.

Em 2023, a ajuda aos países em desenvolvimento aumentou para US\$ 167 bilhões a preços correntes, mas esse aumento nominal refletiu, na verdade, o terceiro declínio consecutivo em termos reais (ou seja, a preços constantes de 2022). Além disso, com os principais doadores anunciando cortes no orçamento da ajuda, espera-se que os fluxos de AOD se contraiam ainda mais. Paralelamente, uma parte cada vez maior da ajuda é agora prestada através de empréstimos concessionais, em vez de subvenções. A porcentagem de empréstimos na ajuda aos países em desenvolvimento aumentou de 28% em 2011-2013 para 33% em 2021-2023.

Os desafios que os altos custos do serviço da dívida representam para o desenvolvimento sustentável estão na vanguarda das discussões multilaterais em curso sobre desenvolvimento. Na mais recente Assembleia Geral das Nações Unidas, 168 países abordaram questões relacionadas ao financiamento para o desenvolvimento. Especificamente, 60 países destacaram as várias maneiras pelas quais a dívida está interligada ao desenvolvimento sustentável. O apelo para reformar a

arquitetura financeira internacional está se tornando cada vez mais forte, com 59 líderes mundiais defendendo esforços em direção a esse objetivo comum (*figura 8*).

## FIGURA 8

### Uma prioridade política clara:

#### Quase 60 países pedem reformas

Menções a tópicos relacionados a finanças e dívida nos discursos da Assembleia Geral das Nações Unidas, número total de países que levantaram o tema e a proporção correspondente por estágio de desenvolvimento

Tópico no contexto de	Número de discursos	Participação dos países desenvolvidos	Participação dos países em desenvolvimento
Problemas de financiamento	168	72%	93%
Dívida	60	15%	37%
Reforma da arquitetura financeira internacional	59	15%	36%

**Fonte:** Cálculos do Secretariado da UNCTAD com base na análise de 193 discursos do Debate Geral na 79ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, de 24 a 28 e 30 de setembro de 2024.

# PROGRAMAÇÃO

Segundo Diálogo Nacional para o Desenvolvimento  
***Nova matriz para o Desenvolvimento Humano  
no Brasil***

11 de setembro de 2025 – 08h30 às 13h30  
Edifício Banco do Brasil, Avenida Paulista 1230,  
Bela Vista, São Paulo - SP

**08h30 | 08h50**

---

**CRENCIAMENTO E CAFÉ DE BOAS-VINDAS (20 MIN)**

**08h50 | 09h00**

---

**ABERTURA INSTITUCIONAL**

**APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE  
COOPERAÇÃO IBGE/PNUD (10 MIN)**

Luís Fernando Vitagliano, diretor do Projeto  
de Cooperação IBGE/PNUD;

Betina Ferraz Barbosa, coordenadora da UDH/PNUD.

**APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS  
DE REFERÊNCIA**

**09h00 | 09h40**

---

**PAINEL INAUGURAL:  
NOVOS CAMINHOS PARA  
O DESENVOLVIMENTO HUMANO  
(40 MINUTOS, CADA PAINELISTA  
20 MINUTOS)**

Luiz Gonzaga Belluzzo, professor do Instituto  
de Economia da Unicamp;

Márcio Pochmann, presidente do IBGE.

**09h40 | 11h05**

---

**PAINEL 1: O CENÁRIO BRASILEIRO E O CONTEXTO GLOBAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (85 MINUTOS, CADA PAINELISTA ATÉ 20 MINUTOS)**

*Relatório de Desenvolvimento Humano 2019* – Heriberto Tápia, representante do Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD.

*Relatório World of Debt*, Betina Ferraz Barbosa, coordenadora da UDH/PNUD.

*Estratégia Brasileira 2050* – Fabiano Chaves da Silva, representante do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

*Plano de Transformação Ecológica* – Guilherme Mello, representante do Ministério da Fazenda (MF).

**Moderadora:** Betina Ferraz Barbosa, coordenadora da UDH/PNUD.

**11h05 | 11h35**

---

**PAUSA | COFFEE BREAK**

**SESSÃO DE DEBATES**

---

**11h35 | 12h35**

**PAINEL 2: INTERVENÇÕES DE ESPECIALISTAS CONVIDADOS: REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL (60 MIN)**

**12h35 | 13h20**

---

**DEBATE ABERTO (45 MIN)**

Moderador: Luís Fernando Vitagliano, diretor do Projeto de Cooperação IBGE/PNUD.

**13h20 | 13h30**

---

**ENCERRAMENTO (10 MIN)**

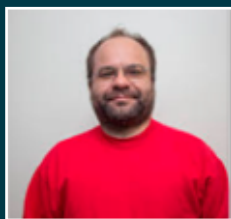
Luís Fernando Vitagliano, diretor do Projeto de Cooperação IBGE/PNUD;

Betina Ferraz Barbosa, coordenadora da UDH/PNUD.

# PARTICIPANTES



# MODERADOR



## **LUIS FERNANDO VITAGLIANO**

*ASSESSOR ESPECIAL DA  
PRESIDÊNCIA DO IBGE  
E DIRETOR NACIONAL  
DO PROJETO DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA  
BRA/23/023*

Doutor em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em Ciência Política e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi coordenador de projetos do Instituto Lula (2020-2023), coordenador do Programa da Rede Nacional de Pesquisadores Associados na Fundação Perseu Abramo (2019-2021) e coordenador do Programa de Difusão de Conhecimento em Gestão e Políticas Públicas na Fundação Perseu Abramo (2014-2018).

Atualmente é assessor da presidência do IBGE, membro do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e diretor do Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre o IBGE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (BRA/23/023), voltado à disseminação dos dados consolidados no Censo de 2022.

# MODERADORA



## **BETINA FERRAZ BARBOSA**

---

*ECONOMISTA-CHEFE  
E COORDENADORA  
DA UNIDADE DE  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO DO  
PROGRAMA DAS  
NAÇÕES UNIDAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO*

Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi assessora no Centro de Estudos e Gestão Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação (2015-2019) e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2012-2014).

No PNUD, sua atuação inclui a promoção da agenda de Desenvolvimento Humano no Brasil, sendo responsável por coordenar as análises referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e a produção de relatórios estratégicos que impactam na criação e condução de políticas públicas.

Destaca-se por sua liderança técnica e analítica em temas centrais ao desenvolvimento humano, dentre eles a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável.

# PAINELISTAS



## MARCIO POCHMANN

---

*PRESIDENTE DO  
INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA  
E ESTATÍSTICA*

Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde foi professor titular até sua aposentadoria, em 2020, e atua como professor colaborador. Autor de livros sobre economia, desenvolvimento e políticas públicas, recebeu o Prêmio Jabuti em 2002, 2007 e 2008. Foi presidente da Fundação Perseu Abramo de 2012 a 2020, bem como presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre 2007 e 2012 e secretário municipal de São Paulo de 2001 a 2004. Desde agosto de 2023 ocupa a posição de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



## LUIZ GONZAGA BELLUZZO

---

*PROFESSOR  
DO INSTITUTO  
DE ECONOMIA  
DA UNICAMP*

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pós-graduado em Desenvolvimento Econômico pela Cepal/Ilpes e bacharel em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Tornou-se professor titular da Unicamp em 1986 e possui vasto currículo em cargos públicos, destacando sua atuação no governo de José Sarney como assessor econômico e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1985-1987). Em 2001, foi incluído no Biographical Dictionary of Dissenting Economists como um dos 100 maiores economistas heterodoxos do Século XX, tendo publicado vários artigos e livros sobre a temática de desenvolvimento econômico.

## PAINELISTA



### HERIBERTO TÁPIA

---

ASSESSOR DE  
PESQUISA E PARCERIA  
ESTRATÉGICA NO  
ESCRITÓRIO DO  
RELATÓRIO DE  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO, PNUD/  
HDRO

Doutor em Economia pela Universidade de Columbia e mestre em Economia e Engenharia Comercial pela Universidade do Chile. Atuou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e foi consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI). No Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi consultor, oficial executivo e atualmente é assessor de Pesquisa e Parceria Estratégica no Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano.

Como especialista nas temáticas de desenvolvimento humano e políticas públicas, destaca-se por liderar as iniciativas de pesquisa e colaborações estratégicas relacionadas aos relatórios globais de Desenvolvimento Humano. Suas pesquisas abrangem áreas como segurança humana, desigualdades sociais, mudanças climáticas e o impacto do antropoceno no desenvolvimento humano.

## PAINELISTA



### FABIANO CHAVES DA SILVA

---

*SUBSECRETÁRIO  
DE PLANEJAMENTO  
DE LONGO PRAZO  
DO MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO*

Doutor e mestre em Agronomia pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Gestão Pública pela Escola Nacional da Administração Pública (Enap) e MBA em Economia e Gestão pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), possui vasto conhecimento em temas de meio ambiente, infraestrutura, agricultura, ciência, tecnologia e inovação. Pertence à carreira pública federal de Analista de Infraestrutura, atuando no Ministério de Planejamento e Orçamento. Tem experiência em coordenação de processos interdisciplinares e articulação entre atores para a formulação e implementação de políticas públicas, programas e projetos estratégicos. Em 2024, coordenou o processo de elaboração do planejamento nacional de longo prazo, contribuindo para a elaboração de estudos prospectivos e análises de cenários; monitoramento da implementação de estratégia de desenvolvimento para o país; e promoção da harmonização e integração dos planos setoriais de longo prazo.

Atualmente é subsecretário de Planejamento de Longo Prazo da Secretaria de Planejamento (Seplan/MPO).

## PAINELISTA



### **GUILHERME MELLO**

---

*SECRETÁRIO DE  
POLÍTICA ECONÔMICA  
DO MINISTÉRIO DA  
FAZENDA*

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com bacharelado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP).

Em sua trajetória profissional, atuou como professor licenciado no Instituto de Economia da Unicamp e coordenador do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (2020–2022). Foi, também, assessor econômico na campanha de Fernando Haddad (2018) e coordenador do grupo técnico de transição do governo federal (dezembro de 2022). Dentre os temas abordados por ele estão o desenvolvimento sustentável como motor de crescimento econômico equitativo, infraestrutura, política industrial e transformação ecológica.

## CONVIDADOS ESPECIALISTAS



### **AROALDO OLIVEIRA DA SILVA**

---

*PRESIDENTE  
DA AGÊNCIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO DO  
GRANDE ABC*

Bacharel em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André, atua nos setores metalúrgico e automobilístico, com papel ativo na representação sindical na definição de políticas industriais.

Desde 2020 é presidente da IndustriALL-Brasil e, desde 2021, da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Além disso, atua como diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e secretário executivo do Consórcio Intermunicipal do ABC.



### **DAN IOSCHPE**

---

*VICE-PRESIDENTE  
DA FEDERAÇÃO DAS  
INDÚSTRIAS DO ESTADO  
DE SÃO PAULO (FIESP)*

Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pós-graduação em Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP) e MBA na Universidade de Dartmouth, nos Estados Unidos. Dentre os cargos que ocupa, destacam-se os de presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion e membro nos Conselhos da WEG, da Marcopolo e da Embraer.

Em 2024, esteve à frente do Business 20 (B20) durante a presidência brasileira do G20 e foi indicado como empresário campeão de Alto Nível do Clima da COP-30 com a missão de apoiar a presidência da COP-30 na agenda de ação, promovendo e fortalecendo iniciativas climáticas voluntárias e coalizões para a implementação do Acordo de Paris.

# CONVIDADOS ESPECIALISTAS



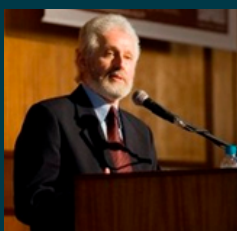
## IVONE SILVA

---

*PRESIDENTE DO  
INSTITUTO LULA*

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Anhanguera, possui MBA em Finanças, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Iniciou sua trajetória profissional no Itaú-Unibanco e, em 1997, assumiu a Diretoria do Sindicato dos Bancários de SP, Osasco e Região, sendo eleita presidente em 2017 e reeleita em 2020. Em 2023, tornou-se a primeira mulher a assumir a vice-presidência da Central Única dos Trabalhadores (CUT-SP) e foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS) do Governo Federal.

Como dirigente sindical, atuou em temáticas vinculadas aos direitos trabalhistas, combate ao assédio moral e regulamentação do teletrabalho.



## ODED GRAJEW

---

*EMPRESÁRIO  
E EMPREENDEDOR  
SOCIAL*

Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Fundou, idealizou e participou da criação de inúmeras instituições e movimentos sociais no Brasil. Fundou a Grow Jogos e Brinquedos (1972), a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (1990) e o Instituto Ethos (1998). Também participou da idealização do Fórum Social Mundial, no qual integra o Comitê Internacional, e da Rede Nossa São Paulo. Em 2003, atuou como assessor especial da Presidência da República, participando da articulação do Programa Fome Zero.

## CONVIDADOS ESPECIALISTAS



**PAULO  
OKAMOTTO**

---

*PRESIDENTE DA  
FUNDAÇÃO PERSEU  
ABRAMO*

Com sólida carreira no sindicalismo brasileiro, em 1981 tornou-se dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no qual desempenhou as funções de diretor financeiro, segundo secretário e diretor do Departamento Jurídico. Em 2003, tornou-se diretor de Administração e Finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e, entre 2005 e 2010, assumiu a presidência da instituição. Atualmente, além da presidência da FPA, também é diretor do Instituto Lula.



**TARCÍSIO  
SECOLI**

---

*DIRETOR DA TV DOS  
TRABALHADORES (TVT)*

Bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Fundação Santo André. Entre 1976 e 2011, atuou no setor de qualidade da Mercedes-Benz no Brasil e iniciou a carreira sindical como diretor de Base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no qual também assumiu os cargos de secretário-geral, secretário Administrativo e Financeiro e secretário de Organização. Entre 2009 e 2012, assumiu a Secretaria de Coordenação Governamental da Prefeitura de São Bernardo do Campo e, atualmente, integra a equipe de gestão da TVT.

